

Rosa Maria Neves Simas



**A MULHER NOS AÇORES
E NAS COMUNIDADES**

**WOMEN IN THE AZORES
AND THE IMMIGRANT
COMMUNITIES**

Volume III

Edição Bilingue / *Bilingual Edition*

Ponta Delgada 2003

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Mulher nos Açores e nas Comunidades /
Women in the Azores and the Immigrant Communities

Volume III

COORDENADORA

Rosa Maria Neves Simas

EDIÇÃO

Rosa Maria Neves Simas

rsimas@notes.uac.pt

www.uac.pt/mulher

EGA - Empresa Gráfica Açoreana, Lda.

EXECUÇÃO GRÁFICA

EGA - Empresa Gráfica Açoreana, Lda

Rua Manuel Augusto Amaral, 5

9500-222 Ponta Delgada

São Miguel - Açores

Telef. 296 284 752 - Fax 296 284 945

ega.acores@iol.pt

www.9ilhas.8m.com/ega.html

TIRAGEM

1500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

197 729 / 03

ANO

2003

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos colaboradores. /
The collaborators are entirely responsible for the contents of their articles.

Victor Pereira da Rosa & Isabel Patim

- My Darling Dead Ones* de Erika De Vasconcelos:
para uma sociologia do romance de uma escritora
canadiana de descendência portuguesa 361
- A Sociological Approach to a Novel by a Canadian Writer
of Portuguese Descent* 371

Felicia Angeja

- A Neta do Hip-Hop: uma jovem luso-americana no mundo
da música contemporânea 381
- Hip-Hop Neta: A Young Portuguese-American Woman in the
Contemporary Music Scene* 387

Maria José Cavaco

- A visão de uma artista plástica nos Açores 393
- The Vision of an Artist in the Azores* 401

Maxine Olson

- O retrato da minha mãe... o que ficou por dizer... 409
- A Portrait of My Mother... Things Left Unsaid...* 415

Marlene Simas Angeja

- Duas paisagens: a visão de uma artista luso-americana 421
- Two Landscapes: The Vision of a Portuguese-American Artist* 429

Volume III

A MULHER E A EDUCAÇÃO / WOMEN AND EDUCATION

Graça Castanho

- A educação e a identidade cultural no feminino 439
- Education and Cultural Identity in a Feminine Register* 449

Maria Manuela Aguilar

- A mulher, a educação e uma Associação de Mães dos Açores 459
- Women, Education and a Mothers' Association from the Azores* 465

Cândida Correia

- Semeando "Sementes de Mudança" numa freguesia piscatória 471
- Sowing "Seeds of Change" in an Azorean Fishing Village* 477

A educação e a identidade cultural no feminino

Graça Castanho *

Professora, Departamento de Ciências da Educação,
Universidade dos Açores

O desafio que me foi lançado pelas organizadoras para participar no Encontro, dedicado à questão da *Mulher nos Açores e nas Comunidades*, tem como tema de fundo *A MULHER NA EDUCAÇÃO* e como subtema *A Identidade Cultural*. Este é, sem dúvida, um assunto vasto, passível de múltiplas interpretações e de diversas abordagens metodológicas. Como ponto de partida, é importante desmontar as peças deste “puzzle” para percebermos melhor do que estamos a falar. E parece-me que esta oportunidade assenta na tentativa de relacionarmos três vectores vitais: Identidade Cultural – Mulher – Educação.

Não podendo falar, ao mesmo tempo, da mulher em Portugal e nas Comunidades, incidiremos a nossa atenção no espaço português. Uma vez que este texto também se destina a pessoas emigrantes e luso-descendentes, faz todo o sentido dar a conhecer alguns aspectos que caracterizam a situação actual da mulher no nosso país, a partir dos quais tentaremos concluir se estão ou não reunidas as condições para promover a identidade cultural no feminino.

A identidade cultural

Começamos pela definição do conceito de cultura. “Cultura” é um vocábulo latino que designa, segundo a *Enciclopédia Luso-Brasileira*, três coisas distintas: aquilo que faz com que o ser humano seja um ser humano; a preocupação do indivíduo pelo Outro no sentido da sua mútua vinculação; e aquilo pelo qual a pessoa se torna verdadeiramente humana, a sua formação ou

* Participação no Encontro *A Mulher nos Açores e nas Comunidades*, 16-18 de Julho de 2001, Universidade dos Açores.

educação. Ainda de acordo com o autor do texto da Enciclopédia, Prof. Manuel Antunes, “Cultura é a acção que o ser humano realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo visando uma transformação para melhor” (p. 579).

Quando se fala de cultura, está-se a incluir na mesma definição aspectos variadíssimos da actuação do ser humano nos mais diferentes contextos. A listagem é vasta, mas talvez valha a pena enumerar alguns desses factores para que possamos ter em mente a complexidade que o fenómeno cultural abarca. Ora, quando falamos de cultura, em termos latos, estamos-nos a referir às seguintes dimensões: crenças, convicções, conhecimento, modo de encarar a vida, gostos, interesses, valores, sensibilidade estética, faculdades intelectuais, morais, espirituais e corporais, hábitos alimentares, maneira de vestir, património colectivo, educação, instrução, grau de escolarização, tradições, costumes, religião, língua, tipo de relacionamento entre as pessoas, opção política, entre outras. É interessante verificar que o denominador comum que atravessa esta enumeração é o facto de todos os elementos serem atributos ou produtos das sociedades humanas, ou seja, elementos extra-somáticos, transmissíveis de geração em geração.

No fundo, a identidade de cada um, resultado de uma caminhada pessoal no universo das múltiplas manifestações culturais, revela-se na sua maneira de ser, estar, pensar e agir. Muitos são os processos que favorecem a construção da identidade cultural. Tal acontece através da interacção pessoal, da experiência de vida, do visionamento de modelos, de leituras feitas, em suma, de informações múltiplas que interiorizamos e às quais nos acomodamos, muitas vezes, sem qualquer espírito crítico. Nesta perspectiva, os agentes transmissores dos modelos de práticas sociais são da máxima importância. Falamos do papel das famílias, dos adultos em geral, da escola, da igreja, da literatura e dos *mass media*, com destaque para a televisão.

Por tudo o que foi referido anteriormente, facilmente concluímos que a identidade cultural é um conceito dinâmico em constante mutação. Se é verdade que fazem parte da cultura manifestações com o peso da tradição, também é verdade que o acesso ao saber e a outras realidades conduz à problematização e ao reajustamento a novas situações e convicções.

Quer se considere o conceito de cultura como um fenómeno de manutenção de práticas passadas, quer como algo que está em permanente actualização, há um aspecto basilar para a sua compreensão: o conceito de cultura pressupõe o bem comum, a qualidade de vida, e o respeito pela diferença, pelos direitos humanos, pelos princípios democráticos, pela identidade individual de cada pessoa e das comunidades no seu colectivo. A

verdadeira cultura é a que leva ao conhecimento, ao aperfeiçoamento, ao progresso, seja ele pessoal, social ou tecnológico.

Equivale isto a dizer que nem tudo o que é identitário de um grupo é cultural ou deveria ser considerado cultural. Práticas que, apesar de antigas, desrespeitam direitos, criam desigualdades, fragilizam as pessoas, maltratando-as, fazendo-as sofrer, não podem ser consideradas culturais. Vêm estas considerações a propósito da identidade cultural da mulher portuguesa, em geral, e da açoriana, em particular, temas que queremos explorar, já de seguida, em associação ao processo de escolarização que lhe é garantido pela legislação.

A mulher e a educação em Portugal

O Estado Português, de acordo com a Constituição, nos seus artigos 73º e 74º, reconhece a todos o direito à educação, à cultura e ao ensino. A Lei de Bases do Sistema Educativo, em Portugal, estabelece a igualdade de oportunidades para todos, eliminando expressamente a discriminação segundo o sexo (Art.º 3º, alínea j). Desde o 25 de Abril que o Estado tem vindo a aumentar a escolaridade obrigatória para os seus cidadãos e cidadãs. Presentemente, o 9º ano corresponde ao nível máximo a frequentar com obrigatoriedade, estando já em projecto o alargamento da escolaridade ao 12º ano até 2010.

Esta conjuntura tem favorecido a presença das mulheres nas escolas. É bem verdade que, de acordo com dados de 1995, a proporção de mulheres sem nenhum grau de instrução e com outros graus (ensino básico, secundário, médio, superior e superior pós-graduação) continuava a revelar grande preocupação, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Níveis de Escolarização da População Portuguesa em 1995

Nível de Ensino	Homens	Mulheres
Nenhum	12,4%	23,0%
Básico - 1º ciclo	35,1%	31,4%
Básico - 2º ciclo	15,8%	11,6%
Básico - 3º ciclo	17,3%	13,9%
Secundário	11,8%	11,1%
Médio Politécnico	1,5%	3,7%
Superior	5,5%	5,0%
Superior pós-graduação	0,6%	0,3%

Apesar destes números, relativos à globalidade da população portuguesa, que tinha no seu seio uma franja populacional mais velha com altas taxas de analfabetismo, desde a década de 80 que se têm verificado alterações sensíveis na predominância das mulheres nos níveis mais avançados de ensino. Por exemplo, os dados relativos ao ensino secundário revelam que, no ano de 1980, a taxa de escolarização das raparigas (40%) já era superior à dos rapazes (34%). De 1980 para 1992, o número de estudantes por cada 100.000 habitantes mais do que duplicou. Contudo, enquanto o número de rapazes aumentou pouco mais do que 50%, o das raparigas aumentou cerca de 200%. Em 1992 as raparigas já representavam 56% da população estudantil do primeiro grau universitário ou equivalente (bacharelato) e 49% no grau de acesso à licenciatura.

Em 1995, ao nível universitário, as mulheres correspondem à maioria em todos os ramos do saber (Letras, Ciências da Educação e Formação de Professores, Belas-Artes e Artes Aplicadas, Direito, Ciências Sociais e Ciências Comportamentais, Formação Comercial e Administração de Empresas, Informação e Documentação, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Médicas, Saúde e Higiene, Nutricionismo), excepto Arquitectura e Urbanismo, Matemática e Informática, Engenharia de Produção Industrial, Ciências de Engenharia e Agricultura, Sivicultura e Pescas. Recorde-se que, em 1995, dos portugueses com menos de 30 anos, habilitados com curso superior, 63,3% eram mulheres.

Por esta altura, segundo o estudo *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX – Comportamentos, Atitudes e Expectativas*, “ambos os sexos deram a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência em Portugal, nos últimos 20 anos. Da parte das mulheres, essa contribuição exigiu mesmo um esforço de recuperação ao nível das qualificações, esforço que é visível ao longo da década de 80. No entanto, nem esse esforço, nem a partilha de um percurso histórico foram suficientes para impedir que elas fossem colocadas no ‘círculo exterior’ da comunidade científica” (p. 160).

Nas palavras de Amâncio, L., proferidas num seminário sobre a temática do género e da educação, coordenado pela Universidade Aberta, também em Portugal, à semelhança do que acontece noutros países, tem vindo a verificar-se um aumento superior de raparigas no acesso ao ensino superior, em comparação com os rapazes¹. Mais adiantou que, nos últimos anos do

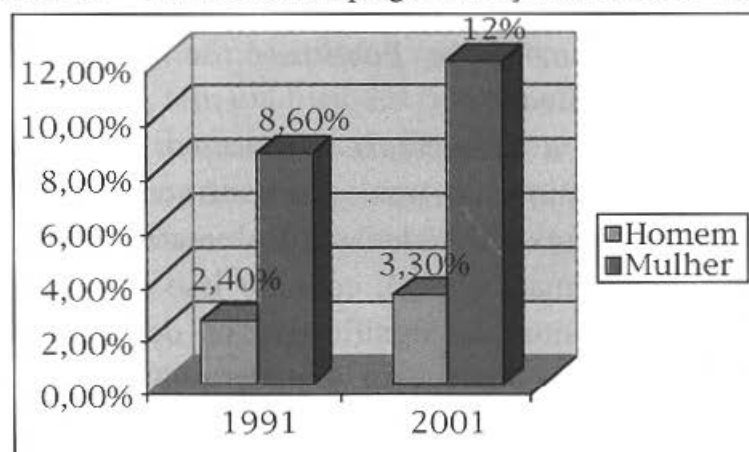
1 O artigo de Elmano Costa neste Volume fala de “A Feminização do Ensino Superior numa Comunidade Rural da Califórnia”.

ensino secundário, o número de rapazes a frequentar a escola já é menor do que o das raparigas. Esta questão conduz-nos inevitavelmente a outra: Onde estão os rapazes desta faixa etária? Segundo a estudiosa anteriormente referida, os rapazes dos meios mais desfavorecidos estão a trabalhar e os filhos de pais com mais posses estão a crescer à custa dos rendimentos da família.

Estudos realizados, nos últimos anos, sobre a relação entre as qualificações escolares e a igualdade de oportunidades, na sociedade portuguesa, têm demonstrado que essa é uma relação desigual para ambos os sexos. Enquanto que, para grande parte dos homens, independentemente das habilitações obtidas, é fácil manter a posição social da família de origem, para as mulheres tal não acontece. Estas necessitam, mais do que eles, de lutar por melhores condições de vida, ou seja, estudar, obter diplomas que lhes permitam subir na escala social ou manter-se na mesma posição social de suas famílias de origem.

Apesar dos números serem bastante positivos para a presença da mulher nas escolas e nas universidades, a verdade é que as suas conquistas no mercado de trabalho, no lar, nos discursos escolares e na sociedade em geral ainda merecem grande apreensão. A taxa de actividade feminina é inferior à masculina, o mesmo equivale a dizer que a taxa de desemprego feminino é superior à masculina. O caso das mulheres açorianas é paradigmático desta situação. Em 2001, a população desempregada ascendia às 6 760 pessoas, sendo 2 037 homens e 4 724 mulheres, e à procura do 1º emprego havia 573 homens contra 2 560 mulheres. Situação semelhante verificou-se para aqueles que procuraram novo emprego: 1 464 homens tentaram encontrar novo emprego, enquanto 2 163 mulheres o faziam. Quanto à taxa de desemprego, interessante verificar que, quando se comparam os números de 1991 com 2001, dá-se um agravamento dessa mesma taxa em desfavor das mulheres (cf. Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego nos Açores em 1991 e 2001



A partir da leitura do referido gráfico, podemos concluir que, apesar de mais escolarizadas, as mulheres açorianas, tal como o que se passa no país em geral, têm dificuldade em afirmar a sua posição no mercado de trabalho, factor que as coloca em situação de dependência.

Não obstante todos estes problemas, nos últimos anos, tem-se assistido a elevadas taxas de feminização na população activa. Os dados relativos aos Recenseamentos Gerais da População e Inquérito ao Emprego revelam que essa taxa triplicou entre a década de 60 e 90 (cf. Quadro 2), equiparando-se à da Europa. Como afirmam Machado & Costa, in Bettencourt et al.(2000), “os factores que estão na base desta evolução são de natureza diversa e nem todos correspondem a uma dinâmica moderna de autonomia e emancipação femininas e de paridade entre os sexos no que respeita ao estatuto e aos papéis sociais. Uma boa parte desse trabalho feminino será ditado por constrangimentos económicos básicos”.

Quadro 2 – Taxas de Feminização na População Activa nos Anos 60, 70, 81 e 92

Taxas de Actividade %	1960	1970	1981	1992
Taxa de actividade masculina	63.8	62.1	57.1	56.3
Taxa de actividade feminina	13.0	19.0	29.0	41.3

Essa ideia é reforçada por Bettencourt et al. (2000) ao afirmar que “a crescente taxa de actividade feminina associada à cada vez mais significativa presença das mulheres na categoria de diplomados pelo Ensino Superior poderá conduzir-nos à conclusão falaciosa de que as mulheres ocupam na mesma proporção os cargos de direcção e posições políticas na sociedade portuguesa, mas os números relativos à Administração Pública ilustram que o hiato não se concretiza. A taxa de feminização na Administração Pública é de 59% e de 28% na Administração Pública Local”.

Verifica-se que a democracia e o acesso ao ensino trouxe às mulheres importantes conquistas, nomeadamente ao nível de carreiras que anteriormente lhes estavam vedadas (diplomatas, juízas, gestoras, membros das forças armadas, etc.), contudo isso não significa que as mesmas ocupem uma situação significativa na definição das políticas públicas. As mulheres não têm acesso ao poder político, o que nos leva a perguntar: Em que medida a escola contribui para o acesso paritário ao emprego e às esferas do poder, contrariando, assim, práticas culturais

enraizadas na nossa sociedade que penalizam mais de metade da população portuguesa? Infelizmente, a resposta é negativa, pois os números falam por si.

Outro indicador de que nem tudo vai bem para as mulheres portuguesas, apesar de mais escolarizadas do que nunca, são os números da violência doméstica em Portugal que não escondem a situação periclitante em que muitas mulheres vivem neste país considerado de brandos costumes. Segundo dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (citados por Cruz, A. M., 2002), “em Portugal, cerca de seis mulheres são vítimas de crimes contra a vida, praticados por homens. A violência psicológica é a que apresenta valores mais elevados, tendo sido referida em inquérito aplicado no país em 1997 por mais de metade das mulheres portuguesas. Logo a seguir aparece a violência sexual. A violência física é a que, no referido inquérito, apresenta valores mais baixos”. Refere ainda a autora, com base no citado estudo, que a casa-família é o espaço onde a prática de violência mais ocorre, sendo o agressor normalmente o marido /companheiro da vítima. Recorde-se que, em 1999, o número de homens arguidos em processos crime com vítimas do sexo feminino foram num total de 5 450, enquanto que no ano seguinte, segundo dados do Relatório Violência Doméstica 2000, do Ministério da Administração Interna, verificaram-se 11 765 ocorrências criminais registadas pela PSP, e pela GNR no contexto da Violência Doméstica².

Considerando que este fenómeno atravessa todo o tecido social, vai desde as classes mais pobres às mais abastadas, é caso para, mais uma vez, perguntarmos: O que tem feito a educação, o acesso ao ensino, por estas mulheres? De novo, parece emergir uma mentalidade de submissão e de aceitação de determinados papéis sociais que nada têm a ver com os direitos consagrados na Constituição. Este é um bom exemplo do que, inicialmente, se discutia: nem tudo o que é identitário de um povo (de facto, as ilhas e o país têm um historial rico em violência doméstica) pode ser considerado uma marca cultural. Cultura pressupõe, como já vimos, respeito, obediência a princípios e regras e valores que dignifiquem os povos, garantindo melhores condições de vida.

2 Afirmam os investigadores que esses números não correspondem de todo à realidade, porquanto muitas mulheres não apresentam queixa por vergonha.

Os livros e manuais escolares

Outra dimensão que merece alguma reflexão, ainda que breve, prende-se com os materiais escritos oferecidos pelas escolas que, de ano para ano, ignoram as especificidades culturais de cada região do país e perpetuam linguagens, práticas discriminatórias, em relação ao elemento feminino. Vivemos num mundo cada vez mais global e globalizante, levando a que se esqueçam as idiossincrasias das diferentes regiões. No nosso país, temos escolas com currículos e programas gerais para o todo nacional. Se bem que é importante oferecer um tronco comum de conteúdos, seria igualmente pertinente garantir autonomia às escolas para aprofundarem, em parceria com os alunos e a comunidade envolvente, as especificidades culturais de cada comunidade. Se há escolas que já o fazem, outras há que ainda não perceberam que esta é uma abordagem vital para a manutenção dos aspectos culturais positivos e para a mudança de mentalidades nas questões que têm discriminado as minorias, as mulheres e os mais indefesos.

Não é preciso investigar muito para concluir que a escola, nos seus discursos e práticas, continua a desrespeitar dimensões fulcrais na formação de um estado verdadeiramente democrático. Uma leitura atenta pelos manuais escolares, o material escrito mais utilizado nas aulas, revela que a linguagem utilizada continua a discriminar negativamente o elemento feminino, como há duas décadas atrás, não obstante as orientações da União Europeia no sentido de se abolir dos textos educativos e oficiais a carga sexista da linguagem. Hoje em dia, os textos oferecidos nas escolas continuam a referir-se ao Homem, sinónimo de homens e de mulheres, aos alunos, aos professores, aos cientistas, aos investigadores, aos chefes, aos directores, aos médicos, abolindo, assim, dos seus discursos o elemento feminino que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do país.

Problematizando esta questão da linguagem sexista, Abranches & Carvalho (2000), concluem que “o uso do masculino generalizante é uma prática linguística tão naturalizada que as resistências ao uso de alternativas são geralmente fortíssimas. E é na afirmação do carácter puramente formal deste uso e na defesa da sua inocuidade que o modelo da linguagem neutra (exterior, independente e desinteressada) mais veementemente se costuma manifestar. É também neste caso que é mais frequente o argumento de que as alternativas não-sexistas ao falso neutro são ‘esteticamente inferiores’ (deselegantes, canhestras, pouco económicas)”. (p. 12-13) Mais referem as

autoras, a propósito da inocuidade do falso neutro, que estudos feitos por psicolinguistas e linguistas (...) têm comprovado que, com efeito, estes termos evocam predominantemente imagens masculinas, sendo por isso um dos mais fortes mecanismos linguísticos de apagamento simbólico das mulheres.

Para além do aspecto linguístico, há que lembrar que a generalidade das mensagens veiculadas nos textos são igualmente sexistas. As mulheres continuam circunscritas ao lar e às ocupações ligadas à educação dos mais novos ou ao apoio aos idosos. Com efeito, as tarefas da esfera do privado e do doméstico estão codificadas como femininas e as do domínio público como masculinas. Neto, A. et al. (2000: 13) também se reporta a este aspecto, referindo que o “masculino aparece associado à dominância e à instrumentalidade e o feminino à submissão e expressividade, havendo um maior número de traços masculinos que são positivamente valorizados”. A complementar esta panóplia de abordagens pedagógicas encontram-se as próprias ilustrações dos manuais que, por seu turno, não deixam dúvidas quanto à visão sexista de como o mundo é encarado, ainda hoje, na nossa sociedade portuguesa.

Pode concluir-se, como muito bem adiantou Romão, I. (1990) que, “para além dos conhecimentos neles contidos, os manuais escolares transmitem todo um sistema de valores e tendem a veicular imagens estereotipadas do feminino e do masculino. Estas mensagens escondidas que passam através da linguagem, das ilustrações, dos conteúdos que incluem ou omitem, são raramente postas em questão” (p. 161). É curioso, no entanto, verificar que a Constituição da República afirma que “o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa e orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (D.R., Lei n.º 46/86, Art.º 1,2).

A escola é vista como um lugar privilegiado para educar. Sabemos, contudo, que essa educação está a ser feita sem que haja uma atitude crítica-reflexiva sobre o sistema educativo, por parte dos responsáveis políticos, dos docentes, dos encarregados de educação e da comunidade em geral.

O anteriormente exposto mostra que continuamos a ter uma escola perpetuadora de discriminações e de práticas de desigualdade e de desrespeito pelo elemento feminino. Temos uma escola que se inscreve na dinâmica cultural vigente e no processo de assimilação-construção de

valores, assumidos acriticamente por toda a sociedade, sem que se vislumbre, pelo menos nas próximas décadas, a possibilidade de a educação em Portugal favorecer uma verdadeira formação da identidade cultural no feminino.

Bibliografia

- ABRANCHES, G. & CARVALHO, E. (2000). *Linguagem, poder, educação: O sexo dos B,A,BAs*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- AMÂNCIO, L. (1993). *Género – representações e identidades*, in *Sociologia: Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- ANTUNES, M. (s/ data). “Cultura” in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (vol. 6). Lisboa: Editorial Verbo.
- BETTENCOURT, A. *et al.* (2000). *Educação para a Cidadania. Cadernos Coeducação*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CRUZ, A. (2002). “Violência Doméstica: Os direitos humanos existem?” in *Prevenir a Violência Doméstica trabalhando em rede*. Ponta Delgada: Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- NETO, A. *et al.* (2000). *Estereótipos de Género*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ROMÃO, I. (1990). “A escola como actor de mudança” in Albertina Palma & Marques, R. (Coord.). *Escola não sexista: utopia ou realidade?* Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal.

Education and Cultural Identity in a Feminine Register

*Graça Castanho **

*Professor, Department of Education,
University of the Azores*

The invitation extended to me to participate in the Conference on Women in the Azores and the Immigrant Communities points to "Women in Education" as the topic and to "Cultural Identity" as the sub-topic. This is, undoubtedly, a vast area which can be interpreted in multiple ways and through diverse methodologies. Right off, it is important that we separate the pieces of this "puzzle" in order to better understand what we are talking about. And I think that this opportunity implies a challenge to inter-relate three vital aspects: Cultural Identity, Women and Education.

Since we cannot, simultaneously, speak about women in Portugal and in the immigrant communities, we will focus on the Portuguese context. Given that this will be of special interest to persons who are immigrants and Portuguese descendents, it is perfectly logical that we treat various aspects related to the situation of women in our country. This will then lead us to attempt a conclusion that considers whether the conditions for promoting cultural identity in a feminine register exist, or not.

Cultural Identity

Let us begin by defining the concept of culture. The word comes from Latin and, according to the Luso-Brazilian Encyclopedia, has three different meanings: that which characterizes a human being; an individual preoccupation with the Other in the sense of being mutually linked; and that which makes a

** Participated in the Conference A Mulher nos Açores e nas Comunidades, July 16-18, 2001, University of the Azores.*

person become truly human through training and education. And still according to the author of the text within the Encyclopedia, Professor Manuel Antunes, "Culture is the influence the human being exercises over his/her environment or over him/herself in an attempt at a transformation for the better." (p. 579)

When we speak about culture, we include within the same definition disparate aspects related to the performance of the human being within the most varied contexts. The list is vast, but it may be worthwhile for us to enumerate some of these factors so that we might not forget the complexity that the phenomenon of culture encompasses. Now, when we speak of culture, in a vast sense, we are referring to the following aspects: beliefs, convictions, knowledge, views on life, preferences, interests, values, aesthetic sensibility, intellectual, moral, spiritual and physical capacities, eating habits, ways of dressing, collective heritage, education, instruction, level of schooling, customs, religion, language, types of personal relationships, political options, among others. It is interesting to note that the common denominator of this enumeration is the fact that all of these elements are attributes or products of human societies, that is, they are extra-somatic elements which are passed on from one generation to the next.

In the end, the identity of each one of us, which results from a personal journey within a universe of multiple cultural manifestations, reveals itself through the way we are, live, think and act. This happens as a result of personal interaction, life experiences observing others, reading what others have written; in sum, it is the result of multiple sources of information that we interiorize and become accustomed to, many times without any critical sense. From this perspective, the agents who transmit models of social practice are of maximum importance. We are speaking of the role of the family, and of adults in general, the role of schools and the church, of literature and the mass media, with special emphasis to television.

In light of all that has already been mentioned, it is easy for us to come to the conclusion that cultural identity is a dynamic concept which is in constant change. Although it is true that a part of culture is tied to the weight of tradition, it is no less true that it is also linked to access to new knowledge and other realities which call for a readjustment to new situations and convictions.

Whether we consider culture to be a phenomenon that maintains the practices of the past or as something which is constantly being updated, we must understand a basic concept. The concept of culture presupposes the common good, the quality of life and respect for difference, for human rights, for democratic principles, for the individual identity of each person and of each

community as a whole. True culture leads to knowledge, improvement and progress, be it personal, social or technological.

This is equivalent to saying that not everything which identifies a group is cultural or should be considered cultural. Practices which, although coming from the past, disrespect rights, create inequality and jeopardize persons by mistreating them and making them suffer, cannot be considered cultural. These considerations relate to the cultural identity of Portuguese women, in general, and of Azorean women, in particular, topics that we will now explore in relation to the right to education which is guaranteed to these women through legislation.

Women and Education in Portugal

The Portuguese Government, according to Articles 73 and 74 of its Constitution, guarantees to all citizens the right to education, culture and learning. The Basic Law of the Educational System in Portugal stipulates equality of opportunity for all, eliminating sexual discrimination specifically (Article 3, J). Since the 25th of April, the Government has been increasing mandatory education for all its citizens, male and female. Presently, the minimum requirement is the 9th grade, but efforts are underway to increase the mandatory school level to 12th grade, before 2010.

This situation has favored the presence of women in schools. It is very true that, according to data from 1995, the proportion of women without any level of education and with other levels (elementary, secondary, college, university and post-graduate) continued to inspire great preoccupation, as can be verified by the numbers in Table 1.

Table 1 – The School Level of the Portuguese Population in 1995

School Level	Men	Women
None	12.4%	23.0%
Elementary – 1 st cycle	35.1%	31.4%
Elementary – 2 nd cycle	15.8%	11.6%
Junior High – 3 rd cycle	17.3%	13.9%
High School	11.8%	11.1%
College	1.5%	3.7%
University	5.5%	5.0%
Post-graduate	0.6%	0.3%

Despite these numbers referring to the Portuguese population as a whole, which included a very high proportion of more elderly persons who were illiterate, since the 80's there have been appreciable changes in terms of more women at more advanced levels of schooling. For example, data pertaining to secondary education reveal that, in 1980, the percentage of girls (40%) with high school education was already superior to that of boys (34%). From 1980 to 1992, the number of students for every 100,000 inhabitants more than doubled. However, while the number of boys increased about 50%, the number of girls increased about 200%. In 1992, girls already represented 49% – 56% of the student population at the freshman year of university study.

In 1995 at the university level, women were the majority in all areas of study (Letters, Education and Teacher Training, Fine Arts and Applied Arts, Law, Social Sciences and Behavioral Sciences, Natural and Exact Sciences, Medicine, Health and Hygiene, Nutrition), except in Architecture and Urban Planning, Mathematics and Computer Sciences, Civil and Industrial Engineering, Agriculture, Forestry and Fishing. We should remember that, in 1995, of the Portuguese population under the age of 30 with a university degree, 63.3% were women.

Around this time, according to the study *The Portuguese Scientific Community at the End of the 20th century – Behavior, Attitudes and Expectations*, “both sexes have contributed to the development of science in Portugal during the last 20 years. In terms of women, this contribution required an effort to make up for the past, an effort that became visible throughout the 80's. Nevertheless, neither this effort, nor their participation in this development proved sufficient to impede them from being relegated to the ‘outer circle’ of the scientific community.” (p. 160)

According to the words of Amâncio, L., spoken at a seminar on gender and education coordinated by the Open University of Portugal, there has been an increase in women in higher education, when compared to boys, as has been happening in other countries.¹ He also pointed out that, in terms of secondary education in the last few years, the number of boys at this level of education is below the number of girls. This question leads us inevitably to another one: Where are the boys of this age group? According to the

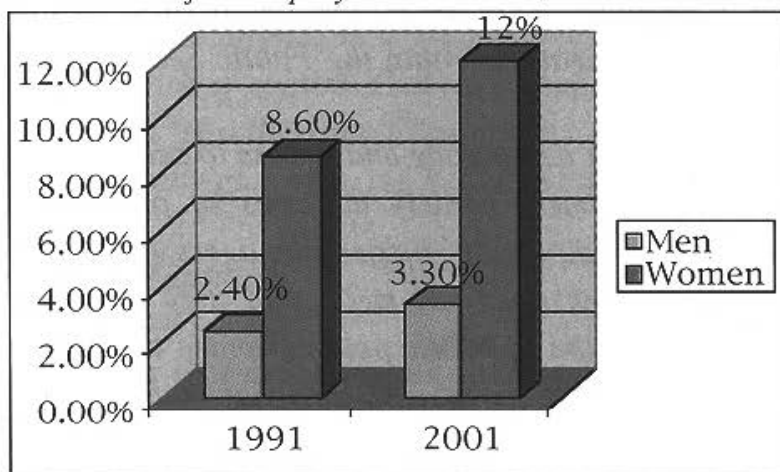
1 The article by Elmano Costa in this Volume presents “A Look at the Feminization of Higher Education in a Rural California Community.”

scholar referred to, the boys from less privileged environments are working, and the sons of the higher strata of society are living off their families.

Studies conducted during the last few years about the relationship between levels of schooling and equality of opportunities within Portuguese society have demonstrated that this is an unbalanced relationship for both sexes. While, for the great majority of men, it is easy to maintain the social position of the family, whatever the school level completed, this has not happened in the case of women. More than men, women must struggle in order to study and obtain degrees that will allow them to climb the social ladder or remain in the same position as their families.

Although the numbers are quite positive in terms of the presence of women in schools and universities, the truth is that their conquests in the job market, at home and in society as a whole still provoke great apprehension. The rate of employment for women is below that of men, which is equivalent to saying that the unemployment rate for women is higher than that of men. The situation of Azorean women is paradigmatic. In 2001, the number of unemployed persons reached 6,760, of whom 2,037 were men and 4,724 women. Looking for the first job were 573 men versus 2,560 women. The situation is similar for those looking for a new job: 1,464 men were trying to find a new job, while 2,163 women were also looking. In terms of the unemployment rate, it is interesting to note that, when we compare 1991 to 2001, the numbers become increasingly unfavourable for women. (Figure 1).

Figure 1 – Rate of Unemployment in the Azores in 1991 and 2001



From reading these figures, we can conclude that, despite higher levels of schooling, Azorean women have more difficulty in affirming their

position in the job market, as happens in the rest of the country. This fact places women in a position of dependency.

Despite all of these problems, in the last few years we have witnessed higher rates of feminization in the working population. The data culled from the General Population Census and Employment Questionnaire reveal that the rate tripled between the 60's and the 90's (Table 2), which puts us at European levels. As Machado and Costa affirm in Bettencourt et al. (2000), "the factors leading to this evolution are diverse in nature and do not all correspond to a modern dynamic of female autonomy and liberation and of equality between the sexes in terms of status and social roles. A good proportion of the work performed by women is dictated by basic economic constraints."

Table 2 – Rate of Feminization of the Working Population in the 60's, 70's, '81 + '92

<i>Rate of Employment %</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1981</i>	<i>1992</i>
<i>Rate of Men Employed</i>	<i>63.8</i>	<i>62.1</i>	<i>57.1</i>	<i>56.3</i>
<i>Rate of Women Employed</i>	<i>13.0</i>	<i>19.0</i>	<i>29.0</i>	<i>41.3</i>

This idea is reinforced by the observation in Bettencourt et al. (2000) to the effect that "the growing rate of female activity associated to the increasing presence of women with university and college diplomas might lead us to the false conclusion that women enjoy the same proportion of positions of directorship and in the political structure of Portugal, but the figures relating to employment in the Public Sector show that this is not the case. The rate of feminization within the Public Sector is 59% and 28% at the Local Level."

We can verify that democracy and access to schooling have brought important benefits to women, namely in terms of professions that were previously closed to them (diplomats, judges, managers, members of the armed forces, etc.); this, however, does not mean that they occupy a significant position in the determination of public policy. Women do not have access to political power, which leads us to ask: To what measure does schooling contribute to equal employment opportunities and access to the spheres of power, thereby contradicting cultural practices which are rooted within our society and which penalize more than half of the Portuguese population? Unfortunately, the answer is negative, since the numbers speak for themselves.

Another indication that not all is going well for Portuguese women, despite higher levels of schooling, has to do with the numbers relative to domestic violence in Portugal, which do not hide the dangerous situation in which so many women live in this country, considered by many to be of mild customs. According to data from the Office of Studies and Planning of the Ministry of Justice (cited by Cruz, A.M., 2002), "in Portugal, about six women are victims of life-threatening crimes practiced by men. Psychological violence is the most common, having been referred to in 1997 by more than half of Portuguese women. Right after sexual violence appears. In this study, physical violence presents the lowest figures." Based on the same study, the author goes on to affirm that the home-family space is where violence is most practiced, given that the aggressor is normally the husband/companion of the victim. We should remember that, in 1999, the number of men accused in criminal cases where the victims were women totalled 5,450, while in the following year, according to data from the Report on Domestic Violence conducted in 2000 by the Ministry of the Interior, there were 11,765 crimes registered by the Portuguese Security Police (PSP) and by the National Guard (GNR) within the context of Domestic Violence.²

Considering that this phenomenon affects the entire society, from the poorer to the richer classes, we would, once again, ask: What has education and access to learning done for these women? Once again, it seems that we have the emergence of a mentality characterized by submission and acceptance of predetermined social roles that have nothing to do with the rights guaranteed by the Constitution. This is a good example of what we observed earlier: not everything that identifies a people (in fact, these islands and this country have a rich historical tradition of domestic violence) can be considered to be a mark of culture. Culture presupposes, as we have already seen, respect, as well as adherence to principles and rules and values that dignify a people, thereby guaranteeing better living conditions.

School Books and Manuals

Another area that deserves our attention, even if briefly, is related to the written materials offered by our schools which, year after year, ignore

2 Researchers affirm that these numbers do not correspond to the real situation since many women do not report these cases because of shame.

the specific cultural characteristics of each region of the country and perpetuate language and discriminatory practices in terms of the female. We live in an ever more global and globalizing world, meaning that we are more prone to forget the idiosyncrasies of the different regions of Portugal. In our country, we have schools with the same curriculum and programs as the rest of the country. Although it is advisable to offer a common core in terms of contents, it would also be worthwhile to guarantee autonomy to schools so that, in partnership with the students and the surrounding community, they can explore the cultural specificities of each community. If there are schools that already do this, there are others that do not yet understand that this is a vital approach to maintain positive cultural aspects and to change mentalities with respect to discrimination against minorities, women and those who are more vulnerable.

It is not necessary to conduct much research to reach the conclusion that, through their discourse and practices, schools continue to disrespect the most fundamental issues related to a state of true democracy. A careful reading of school manuals, the written material which is most used in the classroom, reveals that the language utilized continues to discriminate negatively in terms of the female, just as happened twenty years ago, despite the directives of the European Union to abolish sexist language from school texts. Today, the books used in schools continue to refer to Men as the synonym of men and women, students, teachers, scientists, researchers, bosses, directors and doctors, thereby abolishing the female element, which has contributed so much toward the development of the country.

Questioning this issue of sexist language, Abranches & Carvalho (2000) conclude that "the use of the generalizing masculine is such a naturalized linguistic practice that resistance to the use of alternatives is generally very strong. And it is by affirming the purely formal character of this usage and defending it as innocuous, that the model of neutral language (exterior, independent and disinterested) makes its presence most vehemently felt. It is also here that some argue that the non-sexist alternative usage of the false neuter is 'aesthetically inferior' and less economical" (p. 12-13). The authors go on to affirm that studies made by psycholinguists and linguists (...) have proven that these terms evoke predominantly male images, which ends up constituting one of the strongest linguistic mechanisms that symbolically erase women.

Beyond the linguistic aspect, it is necessary to remember that the overall messages of these texts is equally sexist. Women continue to be

confined to the home and to occupations related to the education of the young and to taking care of the elderly. In fact, the tasks of the private, domestic domain are encoded as being female and those of the public domain as being masculine. Neto A. et al. (2000: 13) also refers to this aspect, saying that "the male appears in relation to dominance and activity and the female to submission and expression, with a growing number of masculine traits being seen as positive." Complementing these pedagogical approaches, the illustrations in these manuals leave no room for doubt that our Portuguese society still maintains a sexist vision of the world today.

We can conclude, in the words of Romão, I. (1990) that, "beyond the knowledge contained therein, school manuals transmit a whole system of values and tend to present stereotypical images of the male and female. These hidden messages transmitted by the language, illustrations and contents, are rarely questioned" (p. 161). It is curious to note that, on the other hand, the Portuguese Constitution affirms that "the educational system comprises a set of measures leading to the realization of the right to education, which gains expression through the guarantee that there will be a permanent effort to educate in a manner that is oriented toward the global development of the citizens' personalities, as well as toward social progress and the democratization of the society." (D.R., Law # 46/86, Article 1,2).

The classroom is seen as the privileged space for education to take place. We know, however, that this education is being implemented without a critically reflexive attitude toward the school system, on the part of the politicians, the teachers, those responsible for education and the community in general. What has been presented demonstrates that we continue to have an educational system in Portugal that perpetuates discrimination, as well as inequality and disrespect for the female. We have a system that adheres to the reigning cultural dynamic and to the process of assimilation-construction of values assumed by the society in a mindless manner. This means that there seems to be little possibility, at least in the next few decades, of having in Portugal an educational system that favors a true development of cultural identity in a feminine register.

Bibliography

- ABRANCHES, G. & CARVALHO, E. (2000). *Linguagem, poder, educação: O sexo dos B,A,BAs*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- AMÂNCIO, L. (1993). *Género – representações e identidades*, in *Sociologia: Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- ANTUNES, M. (s/ data). “Cultura”, in *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (vol. 6). Lisboa: Editorial Verbo.
- BETTENCOURT, A. et al. (2000). *Educação para a Cidadania. Cadernos Coeducação*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- CRUZ, A. (2002). “Violência Doméstica: Os direitos humanos existem?” in *Prevenir a Violência Doméstica trabalhando em rede*. Ponta Delgada: Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- NETO, A. et al. (2000). *Estereótipos de Género*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ROMÃO, I. (1990). “A escola como actor de mudança” in Albertina Palma & Marques, R. (Coord.). *Escola não sexista: utopia ou realidade?* Setúbal: Escola Superior de Educação de Setúbal.